


Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti
(Organizadora)




O Caráter Sociopolítico e Interventivo do Serviço Social 3

 **Atena**
Editora

Ano 2021

Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti
(Organizadora)



O Caráter Sociopolítico e Interventivo do Serviço Social 3

 **Atena**
Editora

Ano 2021

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Instituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília

Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina

Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília

Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina

Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia

Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco

Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará

Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas

Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará

Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados

Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino

Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora

Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná

Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobbon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alessandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar

Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis

Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Mariane Aparecida Freitas
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadora: Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C262 O caráter sociopolítico e interventivo do serviço social 3 /
Organizadora Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti. – Ponta
Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-902-8

DOI 10.22533/at.ed.028211503

1. Serviço Social. I. Cavalcanti, Soraya Araujo Uchoa
(Organizadora). II. Título.

CDD 360

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

A coletânea “O Caráter Sociopolítico e Interventivo do Serviço Social” está organizada em três volumes, que trazem experiências profissionais interdisciplinares em equipes de distintas regiões do Brasil, sendo apresentadas abordagens de análise de artigos de Revisão, artigos decorrentes de pesquisa – documental, exploratória, entrevistas, bibliográfica – Relatos de Experiência, dentre outros.

O terceiro volume apresenta 23 capítulos e está didaticamente quatro eixos temáticos: Serviço Social e Formação Profissional que apresenta oito artigos discutindo os fundamentos ontológicos da racionalidade burguesa, o método em Marx, a construção da identidade profissional, o Projeto Ético Político, Determinantes Raciais, acessibilidade cultural e as implicações e rebatimentos na formação profissional do Assistente Social.

O segundo eixo temático coloca em evidência através de oito artigos a discussão Serviço Social e Políticas Públicas com a atuação em equipe multiprofissional e/ou interdisciplinar em distintos espaços profissionais, na defesa da garantia de direitos, no contexto de direitos humanos, assistência estudantil, sindicalismo, situação migratória, extensão universitária e adoção.

O terceiro eixo temático coloca em evidência, através de três artigos a temática do Serviço Social e Racismo Estrutural discutindo ações afirmativas, medidas socioeducativas e estereótipos de classe e raça.

O quarto eixo temático Políticas Sociais e Defesa de Direitos apresenta quatro experiências de trabalho com projetos voltados para revisão do Plano Diretor, PET Engenharias, Multiculturalismo e Cuidado através das Redes Sociais.

Dessa forma, convidamos o leitor a conhecer os artigos, partilhar saberes e experiências nesse processo de eterna descoberta que é a produção e socialização do conhecimento.

Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti

SUMÁRIO

SERVIÇO SOCIAL E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

CAPÍTULO 1..... 1

FUNDAMENTOS ONTOLÓGICOS DA RACIONALIDADE BURGUESA DECADENTE E O SERVIÇO SOCIAL

Bárbara da Rocha Figueiredo Chagas
André Monteiro Moraes
Analice Barreto de Moura Costa Freitas

DOI 10.22533/at.ed.0282115031

CAPÍTULO 2..... 12

O MÉTODO DE MARX E O SERVIÇO SOCIAL

Rafaela Vieira

DOI 10.22533/at.ed.0282115032

CAPÍTULO 3..... 20

SERVIÇO SOCIAL EM TEMPOS DE OFENSIVA NEOLIBERAL: REFLEXÕES ACERCA DOS REBATIMENTOS FORMAÇÃO E ATUAÇÃO PROFISSIONAL NA CONTEMPORANEIDADE

Maria Gabrielle Chaves Silva
Mayra Hellen Vieira de Andrade
Luanna Karolyne de Oliveira Cavalcanti
Carina Felix Bezerra
Kíssia Wendy Silva de Sousa
Maria Gabriella Florencio Ferreira
Maria de Medeiros Martins
Eryenne Lorryne Sayanne Silva do Nascimento
Rafaela Leandro Pereira
Paloma Lima dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.0282115033

CAPÍTULO 4..... 32

FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE PROFISSIONAL

Érica Pollyana Oliveira Nunes
Lara Iara Gomes Borges
Eliane Marques de Menezes Amicucci

DOI 10.22533/at.ed.0282115034

CAPÍTULO 5..... 44

DOCÊNCIA EM SERVIÇO SOCIAL: PROBLEMATIZAÇÕES NECESSÁRIAS À FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Evelyn Secco Faquin
Líria Maria Bettiol Lanza

DOI 10.22533/at.ed.0282115035

CAPÍTULO 6..... 50

PROJETO ÉTICO-POLÍTICO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL: A INDISSOCIABILIDADE ENTRE AS DETERMINAÇÕES RACIAIS, PATRIARCAIS E CLASSISTAS COMO FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL

Vanessa Bezerra de Souza
Marco Antonio da Silva Santos
Luana Fernandes Pereira
Angela Carvalho de Almeida Coelho

DOI 10.22533/at.ed.0282115036

CAPÍTULO 7..... 57

SERVIÇO SOCIAL E ÉTICA PROFISSIONAL EM TEMPOS DE RESISTÊNCIA AO CONSERVADORISMO: UMA REFLEXÃO ACERCA DOS ONZE (11) PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DO CÓDIGO DE ÉTICA DA (O) ASSISTENTE SOCIAL DE 1993

Diego Augusto Rivas dos Santos
Vaniele Soares da Cunha Copello

DOI 10.22533/at.ed.0282115037

CAPÍTULO 8..... 69

ALÉM DO QUE SE VÊ: ACESSIBILIDADE CULTURAL, UMA DISCIPLINA PREMENTE AO SERVIÇO SOCIAL

Ellen Soares Santos

DOI 10.22533/at.ed.0282115038

SERVIÇO SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS

CAPÍTULO 9..... 81

DIREITOS HUMANOS E SERVIÇO SOCIAL: A GARANTIA DE DIREITOS SOB A LUZ DO CAPITAL

André Monteiro Moraes
Adaíres Eliane Dantas dos Santos
Ana Carolina Gaia de Sousa
Jéssica Rafaela Maciel Gomes
Neyde Jussara Gomes Abdala Rodrigues
Tatiany Fernandes Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.0282115039

CAPÍTULO 10..... 90

A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL EM TEMPO DE CRISE DO CAPITAL: A REALIDADE DA UFRN

Maria Aparecida do Nascimento Silva

DOI 10.22533/at.ed.02821150310

CAPÍTULO 11 99

OS DESAFIOS ÉTICOS-POLÍTICOS NA INTERIORIZAÇÃO DO CRESS 3ª REGIÃO NO NORTE DO ESTADO DO CEARÁ

Rita Wigna de Souza Silva
Alessandra Carvalho Nobrega Duarte

Leidiana do Nascimento Pinto
Margarida Emília Albano
Carlos Silva Barbosa
Francisco Natanel Lopes Ribeiro
Jani Mesquita Rodrigues
Fernanda Maria Magalhães Silveira
Iara Leite de Sousa
Raquel Leite Vasconcelos

DOI 10.22533/at.ed.02821150311

CAPÍTULO 12..... 110

REFLEXÕES SOBRE ESTADO E SINDICALISMO NO BRASIL

Albany Mendonça Silva

DOI 10.22533/at.ed.02821150312

CAPÍTULO 13..... 122

TERCEIRO SETOR E ESTADO MÍNIMO: BREVE ANÁLISE SOBRE A INSTITUIÇÃO
CÁRITAS DIOCESANA DE CAICÓ, NO CONTEXTO NEOLIBERAL

Aldení Gomes de Araújo Júnior

Nadir Mayara de Medeiros Figueiredo

DOI 10.22533/at.ed.02821150313

CAPÍTULO 14..... 133

RESPOSTA DA SOCIEDADE CIVIL FRENTE A SITUAÇÃO MIGRATÓRIA VENEZUELANA
EM MANAUS

Andreia Cristina Gomes Taniguchi

Janaina Zildeia da Silva Paiva

DOI 10.22533/at.ed.02821150314

CAPÍTULO 15..... 142

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA JUNTO AOS MOVIMENTOS SOCIAIS: UMA
EXPERIÊNCIA DE ASSESSORIA À COORDENAÇÃO DOS CLUBES DE MÃES DE
CAMPINA GRANDE-PB

Sandra Amélia Sampaio Silveira

Erika Rafaela Sousa Ataíde

Cristiane Tavares de Aguiar

DOI 10.22533/at.ed.02821150315

CAPÍTULO 16..... 152

FILHO DO AFETO: RELATO DE EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL EM CASO DE ADOÇÃO
HOMOAFETIVA

Arlete Lima Cândido

Rosimeri Limeira Ramos

DOI 10.22533/at.ed.02821150316

SERVIÇO SOCIAL E RACISMO ESTRUTURAL

CAPÍTULO 17..... 157

A DIMENSÃO AFIRMATIVA DAS AÇÕES: MOVIMENTOS SOCIAIS E AFROCIDADANIZAÇÃO

Reinaldo da Silva Guimarães

Luciene Gustavo Silva

DOI 10.22533/at.ed.02821150317

CAPÍTULO 18..... 170

NEGRO, EDUCAÇÃO E AÇÕES AFIRMATIVAS: AINDA PRECISAMOS FALAR SOBRE ISSO

Ana Carolina Tavares de Mello

DOI 10.22533/at.ed.02821150318

CAPÍTULO 19..... 181

MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS DE MEIO ABERTO E OS ESTERÓTIPOS DE CLASSE E RAÇA

Adriano Pereira Basilo de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.02821150319

POLITICAS SOCIAIS E DEFESA DE DIREITOS

CAPÍTULO 20..... 193

O DESAFIO DA EXPERIÊNCIA PARTICIPATIVA NA REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE LONDRINA/PR - 2018/2028

Ideni Terezinha Antonello

Léia Aparecida Veiga

Alan Alves Alievi

DOI 10.22533/at.ed.02821150320

CAPÍTULO 21..... 204

ATIVIDADES SOCIAIS E O GRUPO PET: ABORDAGEM REALIZADA PELO GRUPO PET ENGENHARIAS IFBA

Guilherme Gil Fernandes

Mikelly Bonfim Anjos

Sérgio Ricardo Ferreira Andrade Junior

Felipe Gonçalves Moura

Julianny de Souza Oliveira

Thavane Ferreira de Almeida

Lara de Oliveira Carvalho

Pedro Henrique Rocha Chaves

Luca de Almeida Brito

Marília Aguiar Rodrigues

Alex França Andrade

Joseane Oliveira da Silva

DOI 10.22533/at.ed.02821150321

CAPÍTULO 22.....	209
MULTICULTURALISMO E EDUCAÇÃO: REFLEXÕES CONTEMPORÂNEAS DESTA RELAÇÃO DE CRISE	
Viviane Bernadeth Gandra Brandão	
Iara Soares de Araújo	
DOI 10.22533/at.ed.02821150322	
CAPÍTULO 23.....	220
CONFIGURAÇÃO DO CUIDADO POR MEIO DAS REDES SOCIAIS DE APOIO ÀS MULHERES IDOSAS QUE RESIDEM SOZINHAS	
Luana Fernandes Silva Paes	
Simone Caldas Tavares Mafra	
Mariana de Paula Oliveira	
Reinaldo Antônio Bastos Filho	
DOI 10.22533/at.ed.02821150323	
SOBRE A ORGANIZADORA.....	232
ÍNDICE REMISSIVO.....	233

MULTICULTURALISMO E EDUCAÇÃO: REFLEXÕES CONTEMPORÂNEAS DESTA RELAÇÃO DE CRISE

Data de aceite: 01/03/2021

Data de submissão: 02/02/2021

Viviane Bernadeth Gandra Brandão

Pontifícia Universidade Católica de Minas
Gerais, PUC Minas
Universidade Estadual de Montes Claros
UNIMONTES
Montes Claros - MG
<http://lattes.cnpq.br/5288006048913433>

Iara Soares de Araújo

Universidade Estadual de Montes Claros
UNIMONTES
Montes Claros-MG
<http://lattes.cnpq.br/2801691378180484>

RESUMO: O objetivo deste trabalho consiste em uma reflexão crítica entre o multiculturalismo e a educação, tendo como base esta relação de crise em uma sociedade contemporânea. Nota-se que as sociedades contemporâneas são heterogêneas, plurais, formadas por diferentes grupos e interesses divergentes, isto é, apresentam identidades culturais em conflitos. Cabe ressaltar que essas diferenças estão em permanente contato no âmbito escolar, porém muitas vezes a interação entre a cultura e os espaços educacionais são entraves para a plenitude da cidadania. Este estudo busca realizar essa reflexão com o auxílio das análises desenvolvidas por autores da sociologia e da educação de modo a ampliar a compreensão entre multiculturalismo e educação. Desse modo,

visa a contribuir para reflexões que objetiva construir espaços educacionais democráticos e plurais.

PALAVRAS-CHAVE: Diversidade Cultural. Cidadania. Espaços Educacionais.

MULTICULTURALISM AND EDUCATION: CONTEMPORARY REFLECTIONS OF THIS CRISIS RELATIONSHIP

ABSTRACT: The objective of this work consists of a critical reflection between multiculturalism and education, based on this crisis relationship in a contemporary society. It is noted that contemporary societies are heterogeneous, plural, formed by different groups and divergent interests, that is, they present cultural identities in conflicts. It is worth mentioning that these differences are in permanent contact in the school environment, but often the interaction between culture and educational spaces are obstacles to the fullness of citizenship. This study seeks to carry out this reflection with the aid of analyzes developed by authors from sociology and education in order to broaden the understanding between multiculturalism and education. In this way, it aims to contribute to reflections that aim to build democratic and plural educational spaces.

KEYWORDS: Cultural diversity. Citizenship. Educational Spaces.

INTRODUÇÃO

A sociedade contemporânea disponibiliza múltiplas perspectivas de ação para indivíduos e grupos. No que se refere à educação e,

especialmente os espaços educacionais, o momento atual é complexo, suscitando questionamentos para pesquisadores do tema com relação à diversidade cultural. Dentre eles, podemos citar a diversidade de gênero, religiosa, etnia e dentre outras. Nesse sentido, este presente artigo, tem como objetivo realizar uma reflexão crítica acerca da relação Multiculturalismo e educação na sociedade atual.

Baseando-se tal reflexão sobre a resistência à apreensão das diferentes culturas na sociedade contemporânea globalizada que tende a fragmentar as diferenças, trazendo um ideário de homogeneização cultural. Por outro lado, ressalta-se o papel da escola com a função de democratização das relações pela via da construção do diálogo, caracterizando-se como o espaço para a reflexão sobre a diversidade cultural e o reconhecimento das diferenças, com vistas para a democratização cultural. Desse modo, evidencia-se o desafio e a crise entre a interação que deve existir escola e cultura para a promoção e construção da educação para a cidadania.

O conceito de crise, na concepção filosófica, é entendido como transformação decisiva da vida social. De acordo com Abbagnano, “a época orgânica é a que repousa num sistema de crenças bem estabelecido, desenvolve-se em conformidade com ele e progride dentro dos limites por ele estabelecidos” (1998, p.222). Dessa forma, quando há mudanças nesses padrões que a época está apoiada, inicia-se o momento de crises em todas as dimensões.

Na sociologia, caracteriza-se crise como “toda interrupção do curso regular e previsível dos acontecimentos” (CACHERO, 1986, p.284), ou seja, refere-se às situações da vida social, isto é, quando há mudanças para o bem ou mal, pois a direção é incerta. É um fator de transformações, de acordo com Cachero, “é um fenômeno de desintegração do sistema de valores; como por exemplo, tem-se o processo de urbanização e o aparecimento das massas” (1986, p.284).

A modernidade surgiu com vários movimentos que a impulsionaram, como a reforma que retirou a hegemonia católica, o humanismo que colocou o homem como centro do universo e o iluminismo, centrado na racionalidade humana. Descartes foi muito importante ao dar ao homem a concepção da racionalidade pensante e consciente, situado no centro do conhecimento, por isso foi considerado pai da modernidade (HALL, 2005, p.26).

Sendo assim, a modernidade foi uma ruptura que quebrou os antigos paradigmas. Dessa maneira, ela provocou transformações na sociedade, desencadeando as crises. Os mitos, os valores, os pensamentos, as necessidades, as identidades que sustentavam o indivíduo, nesta transição de um período para o outro, acabaram perdendo a essência, por isso, decaiu e fragmentou os sujeitos. As conseqüências desse processo da modernidade estão causando nos seres humanos resultados críticos, como as crises.

MODERNIDADE E CRISE

Nas análises sociológicas da modernidade, encontramos o sentido como principal motivo do agir humano. De acordo com Berger e Luckmann (2004), é necessária a compreensão das operações gerais da consciência, pois o sentido constitui-se nela. Essa, por sua vez,

Existe somente enquanto dirige sua atenção para um objeto, par um objetivo. Este objeto intencional é constituído pelas diversas realizações de síntese de consciências e aparece em sua estrutura geral, se tratam de percepções, memórias ou imaginações: ao redor do núcleo, o “tema” do objeto intencional estende um campo temático, cercado por um horizonte aberto. No horizonte é sempre dada automaticamente a consciência da própria corporalidade, que também pode ser tematizada. A seqüência de temas inter-relacionados chamemo-los “vivências” – ainda não é significativa em si, mas o fundamento sobre o qual pode surgir o sentido. Pois, vivências que não ocorrem simples e independentemente, mas para as quais o eu volve sua atenção, ganham um grau maior de definições temáticas, tornando-se “experiências” delineadas (BERGER e LUCKMANN, 2004, p.15).

O sentido é uma das formas mais complexas da consciência, pois não existe em si, mas através do objeto de referência. As experiências individuais não constituem sentidos, porém, quando um núcleo de experiência se separa da base da vivência, a consciência capta a relação desse núcleo com outras experiências, que são entendidas como: igual, diferente, ruim, bom, entre outras. Assim, formam-se os sentidos. Desse modo, a significância se constrói a partir das diferentes dimensões de sentido, e na complexidade do agir e das relações sociais, formando a identidade pessoal do indivíduo.

A formação de reservatórios históricos de sentido e de instituições alivia o indivíduo de aflições de ter de solucionar sempre novo problema de experiência e de ação que surgem em situações determinadas. Se a situação concreta for idêntica nos traços essenciais com outras constelações já conhecidas, então o indivíduo pode recorrer a patrimônios de experiências e modos de agir já familiares e ensaiados (BERGER e LUCKMANN, 2004, p.19).

Uma experiência atual pode ser relacionada com outra acontecida há muito tempo. Assim, o ser humano pode solucionar os problemas através de experiências já vividas e que foram armazenadas no acervo social do conhecimento. Os sentidos que são recordados intersubjetivamente são chamados de “primários”, e podem ser usados como resoluções subjetivas de experiências.

Em processos controlados por instituições são “secundários”. Sempre algo é ignorado ou descartado, visando interesses. “Os elementos e sistemas aceitos são cortados em medida exata para transmissão as gerações futuras” (BERGER e LUCKMANN, 2004, p.20). Nessa perspectiva, as instituições, na modernidade, têm a função de controlar, produzir e transmitir sentidos. O indivíduo, diante disso, transforma-se em consumidor, optando pelas melhores ofertas.

As comunidades de vida possuem comunhão de sentido. Sendo assim, todo valor ou idéia que é contradita, ou seja, quando não há concordância, desencadeiam-se crises de sentido na comunidade, pois a divergência cognitiva gera conflitos.

Berger e Luckmann (2004) consideram que uma das causas dessas supostas crises vem do fato de que algumas sociedades adotaram valores uniformes, sendo esses, únicos e obrigatórios para todos. Quando há apenas uma única forma de pensar e adquirir sentido, a sociedade se torna tranquila e não existem crises.

Porém, à medida que se constroem novas alternativas de escolhas, entra-se na desestruturação, isto é, geram-se crises diante da multiplicidade de valores, que são oferecidos de maneira desordenada, na sociedade moderna. Portanto, o ser humano tem o poder de escolher qual sacia melhor seus desejos sentimentais, materiais ou espirituais.

As diversidades de interpretações, seja escatológica, salvífica ou outras, estão sendo vistas como um labirinto, porque causam incertezas. A maioria das pessoas “sentem inseguras num mundo confuso e cheio de possibilidades de interpretação e, como alguns desses também estão comprometidos com diferentes possibilidades de vida, sentem-se perdidos” (BERGER e LUCKMANN, 2004, p.54).

Segundo Hall (2005), o indivíduo deve ter instituições culturais nacionais, pois a nação produz sentidos porque é um sistema de representação cultural e simbólica.

Há a narrativa da nação, tal como é contada e recontada nas histórias e nas literaturas nacionais, na mídia e na cultura popular. Elas fornecem uma série de estórias, imagens, panoramas, cenários, eventos históricos, símbolos e rituais nacionais que simbolizam ou representam as experiências partilhadas, as perdas, o triunfo e os desastres que dão sentido a nação (HALL, 2005, p.52).

Esses simples acontecimentos é que dão sentido à existência humana. Na modernidade, a desintegração, a fragmentação e o pluralismo de interpretações vão influenciar nas narrativas de origem, nos materiais simbólicos e ritualísticos, causando, desta forma, as crises existenciais e a desorientação no mundo.

De acordo com Berger e Luckmann (2004), é a estrutura básica da sociedade que gera as crises. Estas possuem duas características: a diferenciação estrutural (economia, administração e direito) e o pluralismo. Sendo assim, a sociedade não pode mais procurar resolver os problemas baseando na igualdade, uma vez que na atualidade assiste-se à fragmentação cognitiva dos indivíduos e a divergência dos mesmos. Dessa forma, uni-los é causar conflitos.

CRISE DE IDENTIDADE NA SOCIEDADE MODERNA

De acordo com Hall (2005), as questões envolvendo a identidade estão sendo muito discutidas na teoria social. Para este autor, as transformações do mundo estão refletindo nas identidades pessoais, destruindo a idéia do ser humano integrado. Essa perda é chamada

de deslocamento ou descentração do sujeito. “Esse duplo deslocamento-descentração dos indivíduos tanto de seu lugar no mundo social e cultural quanto de si mesmos - constitui-se uma “crise de identidade” para o indivíduo” (HALL, 2005, p.9). O autor descreve três concepções de identidades: a primeira é o sujeito do iluminismo, no qual a pessoa humana é vista como centrada, unificada, dotada de razão, consciência e ação. Esta concepção é determinada como “individualista”, pois o “centro” pertence ao sujeito e a sua identidade.

Em seguida, tem-se o sujeito sociológico, em que o núcleo interior dele consistia na relação dialética com outras pessoas que mediavam os valores, sentidos e símbolos. Dessa maneira, identidade é formada do diálogo entre o eu e a sociedade. Segundo Berger e Luckmann “a identidade é formada por processos sociais. Uma vez cristalizada é mantida, modificada ou mesmo remodelada pelas relações sociais” (1985, p.228). Nesse contexto, a formação e a conservação da identidade são determinadas pela estrutura social, sendo essa identidade derivada da dialética indivíduo/ sociedade.

A terceira concepção descrita por Hall (2005), diz respeito ao sujeito pós - moderno possuidor de várias identidades definidas historicamente, “o sujeito, previamente vivido como tendo uma identidade unificada e estável, está se tornando fragmentado; composto não de uma única, mas de várias identidades algumas vezes contraditórias ou não resolvidas” (2005, p.12).

O indivíduo pós-moderno assume a identidade de acordo com o momento, pois esta não é mais uma característica biológica. Nota-se assim, que a sociedade moderna sofre mudanças constantes e rápidas. Nesse sentido, a figura do indivíduo, segundo Hall (2005), é isolada, exilada e alienada. As culturas nacionais de origem se constituem em uma das principais fontes de identidade cultural, porém são formadas no interior da representação. “As identidades nacionais estão se desintegrando, como resultado do crescimento da homogeneização cultural e do pós-moderno global” (HALL, 2005, p.69). Essa é uma das conseqüências da globalização sobre a identidade. Salienta-se, também, que as identidades híbridas estão tomando o lugar das nacionais, enfraquecendo-as.

As identificações globais começam a apagar as culturas locais, pois, “na medida em que as culturas nacionais tornam-se mais expostas a influências externas, é difícil conservar as identidades culturais intactas ou impedir que elas se tornem enfraquecidas através do bombardeamento e da infiltração cultural” (HALL, 2005, p.74). Segundo o autor, foi o consumismo que gerou esse efeito de “supermercado cultural”.

Nesse contexto, a globalização cultural desencadeia o hibridismo. Segundo Canclini (2008) as culturas são de fronteira, e essa visão facilita a perda de identidade, por ela ser um laboratório intercultural.

Quando me perguntam por minha nacionalidade ou identidade étnica, não consigo responder com uma palavra, pois minha “identidade” já possui repertórios múltiplos: sou mexicano, mas também sou chicano e latino-americano. Na fronteira me chamam de “chilango” ou de “mexiquillo”; na

capital, de “pocho” ou “norteno”, e, na Europa, de “sudaca”. Os anglo-saxões me chamam de “hispanica” ou de “latinou” e os alemães me confundiram em mais uma ocasião com turco ou italiano (CANCLINI, 2008, p.324).

Na modernidade, os indivíduos assumem diversas identidades, e isso gera crises. Para Canclini (2008), os meios de comunicação podem contribuir para superar a fragmentação, porque eles estabelecem redes de comunicação e apreendem o sentido social e coletivo dos acontecimentos urbanos. Dessa forma, a mídia é mediadora e substituta de alguns diálogos coletivos tradicionais.

PLURALISMO E EDUCAÇÃO

Faz - se relevante o reconhecimento do pluralismo cultural. Nesse sentido, propomos a práxis deste estudo no ambiente educacional, uma vez que a educação lida com o pluralismo e desenvolve as dimensões humanas, preparando o indivíduo para a cidadania,

educar significa, então, capacitar, potencializar, para que o educando seja capaz de buscar a resposta do que pergunta, significa formar para autonomia. A escola, no ideal de Sócrates deveria instituir-se toda ela em torno da autonomia. Seu método: Diálogo. O discípulo é quem deve descobrir a verdade. Portanto, a educação é auto-educação (GADOTTI, 2000, p.10).

Para Gadotti (2000), a escola cidadã parte da autonomia, isto é, o aluno que deve correr atrás do conhecimento. Segundo a pedagogia de Rousseau, a infância tem um lugar primordial na ordem educacional da vida humana, pois desde o nascimento estamos inseridos no processo educacional. Ela ocupa lugar central na pedagogia moderna. Para ele, é preciso estimular a criatividade, fazer com que haja uma educação com autonomia. “A educação é um processo aberto, conhece-se o ponto de partida de cada um, não se sabe o ponto de chegada” (STRECK, 2004, p.29). Esse processo depende dos talentos, da dedicação, das oportunidades e de outros fatores que favorecem o desenvolvimento do indivíduo. Dessa maneira, aprender e ensinar faz parte da natureza humana.

Conforme Rousseau, a educação é um processo individual. Contudo, a sociedade vê essa teoria como egocêntrica. O educador deve ensinar ao aluno a ser independente, a pensar e julgar por si só. Nesse sentido, educa-se com autonomia (Cf. STRECK, 2004). A palavra autonomia vem do grego e significa capacidade de autodeterminar-se, de auto realizar-se, de “*autos*” (si mesmo) e “*nomos*” (lei), significa autoconstrução. Para Gadotti, “não existe autonomia absoluta, ela sempre está condicionada pelas circunstâncias. Portanto, a autonomia será sempre relativa e determinada historicamente” (GADOTTI, 2000, p.10).

Quando, a educação é baseada na autonomia, o professor aprende muito mais em sua realidade diária do que na preparação escolar. Através do processo de alfabetização, o homem terá consciência do mundo em sua dimensão crítica, procurando mudar a realidade, pois somente ele pode fazer isso. Quanto mais alfabetizado mais apto estará para ser um

denunciador e transformador da realidade (Cf. FREIRE, 2007).

Conforme Gadotti (2000), autonomia é muito importante no processo de socialização, sendo uma preparação para a vida do cidadão. “O educador deve levar os educandos a perceberem a relação entre os conteúdos e a realidade” (FREIRE, 2007, p.47). A educação para autonomia deve desenvolver nos alunos a visão crítica, realista e presente, permitindo que o universo social esteja em sintonia com a escola. Dessa forma, o professor deve criar possibilidades para a criatividade do educando. Logo, exercer a tarefa docente não é apenas ensinar conteúdos, é fazer com que eles sejam conectados com a realidade social.

Conforme Silva “educar é ensinar e compreender, experimentar e respeitar as diferenças” (2004, p.10). Sendo assim, o professor deve auxiliar e estimular o diálogo intercultural, pois quando há conhecimento existe o respeito. Nesse sentido, concordamos com Silva, quando ela comenta que reconhecer a diferença é o ponto chave para a paz e progresso humano (Cf. SILVA, 2004, p.10).

Podemos inferir que, a escola é o espaço propício para fundamentar questões, como a educação, para a diversidade e cidadania. Respeitar as tradições culturais implica em verdadeira democracia, e, cabe aos professores estabelecer as mediações entre as culturas. Toda essa discussão apresentada tem como consequência a alteridade, a humanização e a verdadeira cidadania, que são pontos nos quais a escola procura agir e questionar, juntamente com toda a sociedade e ambiente educacional.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais, a pluralidade cultural é um tema transversal, “é um imperativo de trabalho educativo voltado para cidadania, uma vez que tanto a desvalorização cultural– traço bem característico da nossa história de país colonizado-quanto à discriminação são entraves à plenitude da cidadania para todos, portanto, para a própria nação” (SEEHABER E MACHADO, 2007, p.85).

A complexidade da interação entre escola e cultura é uma questão desafiadora. Reconhecer a existência do multiculturalismo é admitir que por algum tempo fossem silenciados, conforme os autores citados acima. Retratar a experiência do pluralismo é a descoberta da própria identidade. Logo, o trabalho envolvendo o multiculturalismo inclui culturas discriminadas e constrói uma escola democrática.

A educação intercultural não surge somente por “razões pedagógicas, mas por motivos sociais, políticos, ideológicos e culturais”. Pois cresce, nas últimas décadas, a consciência das diferentes culturas presentes no tecido social brasileiro, cultural essas que, por pressão social de seus movimentos articulados (consciência negra, indígena, movimentos feministas, sem terras, etc.), tendem a seu reconhecimento e valorização. Nesse sentido, segundo Candau, a desnaturalização da cultura escolar dominante nos sistemas de ensino se faz urgente. Buscam-se assim, caminhos para incorporar a diversidade cultural no cotidiano escolar (SEEHABER E MACHADO, 2007, p.86).

Segundo os autores, o reconhecimento do outro é uma necessidade humana, já que

o ser humano existe a partir da vida social. Para existir o respeito, à diversidade, na escola, é preciso que todos sejam reconhecidos como iguais em dignidade e direito, porém, os autores nos chamam a atenção para o fato de que devemos considerar as diferenças que existem entre os indivíduos e os grupos.

Nesse contexto, nota-se que as sociedades contemporâneas são heterogêneas, plurais, formadas por diferentes grupos e interesses divergentes, isto é, apresentam identidades culturais em conflitos. Dessa forma, cabe ressaltar que essas diferenças estão em permanente contato. Assim sendo, os diferentes são obrigados a se encontrarem e permanecerem em convivência. Nessa perspectiva, encontraremos essas situações rotineiras no âmbito escolar. “As idéias multiculturalistas discutem como podemos entender e até resolver os problemas gerados pela heterogeneidade cultural, política, religiosa, étnica, racial, comportamental, econômica, já que temos que conviver de alguma maneira” (SEEHABER E MACHADO, 2007, p.86). Dessa maneira, as escolas devem trabalhar nessas perspectivas.

A compreensão acerca do significado do conflito e da diferença é imprescindível. John Daniel, Diretor Geral do Adjunto de Educação da UNESCO, vê esta questão como inquietude e desafio da realidade,

o aprender a viver juntos não deveria basear-se na falsa conjectura de que se pode criar um mundo livre de conflitos, sem diferenças nem antagonismos. Deveremos adquirir melhores conhecimentos sobre a natureza do conflito, assim como maiores aptidões para manejar os conflitos, a fim de que estes não degenerem em violência ou opressão. Deveremos aprender a aceitar a realidade das características distintas de outros povos e o fato de que, provavelmente, eles não mudarão somente para nos agradar. Aprender a viver com o outro implica o direito que um povo tem de continuar sendo o “outro” (UNESCO, 2002, p.27).

O mundo não pode ter ausência de conflitos, uma vez que é habitado por seres humanos. Esses são seres ambivalentes, limitados e pretensivos, partindo-se do princípio antropológico. Assim sendo, a epistemologia do conflito se dá, também, no plano sociológico, cognitivo e filosófico. Nesse contexto, o mundo apresenta-se de maneira paradoxal e complexo. Dessa maneira, há tendências para a diversidade ou para unidade, visto que existe tensão entre ambos.

Dessa forma, como conciliá-los? Em primeira instância nota-se que esse fato gera a alteridade e a diversidade trazendo pensamentos e elementos comuns e divergentes. Em segunda instância, depreende-se que o outro é estranho, possui coisas novas, e é irredutível. O desconhecido gera atitudes de curiosidade ou receio. Assim sendo, o medo cria rejeição e, conseqüentemente, o preconceito. Postula-se que a aproximação é o primeiro passo para o diálogo. Nesse contexto, quando não existe diálogo, há ignorância. Sendo assim, no diálogo, nenhuma diferença é anulada, todos são escutados. Nessa perspectiva, o respeito subjaz o princípio ético e o valor normativo.

O diálogo, embora paradoxal, é o caminho de conhecimento da realidade do outro. Ele pode ser visto como meio de socialização. De acordo com Buber (2001), o homem deve se dirigir ao outro, estabelecendo relação de pessoa para pessoa, ou seja, encontro pessoal. Dessa maneira, o Eu- Tu é descoberto e presidido através da reciprocidade. Para Buber, a própria existência do homem é dialógica, em que o âmbito da relação se faz através da linguagem. Quando as pessoas da sociedade dão prioridade ao *eu*, tornam-se narcizistas e egoístas. Quando a prioridade é os *outros*, teremos o altruísmo. É preciso defender o *nós*, uma vez que é a relação do diálogo, própria do ser humano, adotada em países comunistas. Porém, no Brasil, trabalha-se na perspectiva do *eu*, devido ser um país capitalista, onde a sociedade atende às necessidades do ego.

Reconhecer a diferença é o ponto chave para a paz e o progresso humano (Cf. SILVA, 2004, p.10). Ao reconhecer a diversidade, o reflexo será a alteridade, a humanização e a cidadania, sendo esses os pontos pelos quais a escola procura agir e proporcionar. Propõe-se, dessa forma, um diálogo intercultural, em que a mediação do professor é um importante instrumento para o ensino do respeito, do convívio e da ação para a cidadania, buscando através da tolerância e valorização do pluralismo a construção para a democracia. Dessa maneira, partindo do ambiente escolar, os reflexos se desencadearão em cidadãos conscientes. Sabe-se que a ética começa diante da alteridade do outro.

Gadotti (2000) propõe uma escola unificada, em que se respeite às diferenças locais regionais e multiculturais. Sendo assim, essas idéias estão ligadas à teoria da educação popular. Nesse contexto, pode-se inferir que a escola pública autônoma é democrática e a popular tem caráter comunitário.

Nesse âmbito, nota-se que a violência étnica, a ignorância, a marginalização cultural, a intolerância religiosa e o desrespeito aos direitos humanos são traços do mundo atual.

Convivência é um conceito surgido ou adotado na América Latina para resumir o ideal de uma vida em comum entre grupos culturais, sociais ou politicamente muito diferentes, uma vida em comum viável, um “viver juntos” estável, possivelmente permanente, desejável por si mesmo e não somente por seus efeitos. No mundo anglo-saxão convivência costuma ser traduzida por *coexistence*, que descreve a vida em paz de uns com os outros, especialmente como resultado de uma opção deliberada. Precisamente, como opção contrária a guerra, contém uma ligeira conotação de resignação na hora de aceitar o outro (MOCKUS, 2002, p.93).

Conviver é chegar juntos com o objetivo de aproveitar e aprender com as diferenças. Para conviver é preciso tolerar a diversidade, sendo esse o desafio básico. Mockus explica que a tolerância e a diversidade implicam hoje em: ter identidade, conservá-la sem negar ou excluir a identidade do outro, aceitação da distinção de grupos ou tradições, sendo que, na sociedade encontramos projetos diversos.

A ausência da violência implica na exclusão de ações violentas para a resolução de assuntos religiosos, filosóficos e sociais. Dessa maneira, o autor propõe algumas

soluções para tornar viável a tolerância à diversidade e excluir o uso da violência. Nesse contexto, ele chama essas medidas de “regras em comum”, sendo elas: “a) regras culturais compartilhadas, b) um quadro constitucional e legal explicitamente adotado, c) convenções internacionais” (MOCKUS, 2002, p.96). Para ele é necessária a disposição compartilhada pela grande maioria, para celebrar e cumprir acordos.

Para deixar de ver na diferença um perigo e passar a ver nela uma ocasião para o mútuo conhecimento, para mútua ampliação de perspectivas, são necessárias também e crucialmente essas regras comuns e essa boa disposição para os acordos. Além da mútua tolerância e ausência de violência, a convivência sugere processos de construção e estabilização desses “viver juntos”: em seu conteúdo máximo, conviver poderia significar harmonizar os processos de reprodução econômica e cultural (MOCKUS, 2002, p.96).

O autor conclui que, a convivência consiste em superar o divórcio entre lei, moral e cultura. Nessa perspectiva, a capacidade de cumprir acordos, respeitando a diversidade é chamada de convivência cidadã.

Devemos ver e perceber na diferença a oportunidade para o crescimento e para a ampliação dos conhecimentos. Sendo assim, a cultura cidadã é aumentar o cumprimento de normas de convivência, levando os outros a cumprirem acordos pacíficos de normas. Respeitar é, nesse sentido, considerar com atenção, é como um primeiro momento do reconhecimento. “Onde há cidadania, qualquer encontro entre desconhecidos, é antes de tudo, um encontro entre cidadãos” (MOCKUS, 2002, p.111). Acreditar no potencial de entender o outro sem restrições é a base do respeito ao cidadão. Dessa forma, o respeito baseado na consciência de igualdade é a ponte central da construção para a boa convivência.

De acordo com Mockus, a diversidade é a riqueza humana que pode ser aproveitada de maneira fértil e sustentável. É imprescindível que na preservação das diferenças se desenvolva o contato, o diálogo e o intercâmbio. Sendo assim, a educação para a cidadania é urgente nos sistemas de ensino. Como educar para a diversidade? Podemos enfatizar a educação cívica e a formação cidadã através do diálogo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formação do povo brasileiro é diversificada, visto que há pluralismo cultural. O pluralismo é marcado pela relação com o outro, sendo a primeira relação consigo mesmo, a segunda com o outro, e a terceira com o mundo. Nesse ambiente, o multiculturalismo ensina que reconhecer a diferença é aceitar e acolher a idéia de que existem grupos que são diferentes entre si, mas os direitos entre si são correlatos.

Dessa maneira, a convivência em sociedade democrática depende do acolhimento de que não pode existir exclusão de elementos, isto é, os conflitos e valores devem ser negociados pacificamente, a fim de que, a diferença seja respeitada. A sociedade está em

constante mudança.

Portando, considera que é preciso a escola adaptar-se para contribuir com os alunos a enfrentarem essas transformações, por meio da criação de possibilidades reflexivas a respeito das crises modernas e da globalização cultural, propiciando o respeito à diversidade, e o entendimento acerca dos conflitos interculturais, cognitivos, filosóficos e sociais.

REFERÊNCIAS

ABBAGNAMO, Nicola. Crise. In: *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Martins fontes, 1998.

BERGER, Peter. LUCKMANN. *A Construção da Realidade*. 6ª ed. Petrópolis- RJ: Vozes, 1985.

_____. *Modernidade, Pluralismo e Crise de Sentidos: Orientação do homem moderno*. Trad. Edgar Orth- Petrópolis-Rio de Janeiro: vozes, 2004.

BUBER, Martin. *Eu e Tu*. São Paulo, Centauro, 2001.

CACHERO, Luis Afonso. Crise. In: NETO, Antônio Garcia (Coord). *Dicionário de Ciências Sociais*. Rio de janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1986.

CANCLINI, Néstor Garcia. Poderes Oblíquos. In: *Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. Trad. Ana Regina Lessa e Heloísa Pezza. 4ª ed,3ª reimp. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP), 2008.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários a pratica educativa*, 35ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

GADOTTI, Moacir. *Escola Cidadã*. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.

HALL, Stuart. *A identidade Cultural na pós-Modernidade*. Trad. Tadeu da Silva. 10 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

MOCKUS, Antanas. Convivência como harmonização da lei, da moral e da cultura. In: *Aprender a Viver Juntos: educação para integração na diversidade*. Trad. José Ferreira. Brasília: UNESCO, IBE, SESI, UnB, 2002. P.93-120

SILVA, Eliane Moura da. Religião Diversidade e Valores Culturais: conceitos teóricos e a educação para a cidadania. *Revista de Estudos da Religião*, nº 4/ 2004 p.1-14.

SEEHABER, Líliliana; MACHADO, Leo Marcelo. Cultura cidadania e Ensino Religioso. *Revista Religião e Cultura*. São Paulo: n.11 p. 83-96, Jan/Jun, 2007.

STRECK, Danilo. *Rousseau & a Educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acessibilidade 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 77, 78, 79, 80

Ações afirmativas 65, 66, 157, 158, 159, 163, 167, 168, 169, 170, 171, 179

Assistência estudantil 90, 91, 93, 94, 95, 96, 97, 98

Assistente social 6, 7, 9, 12, 17, 18, 19, 27, 29, 33, 35, 36, 37, 40, 41, 42, 44, 45, 46, 48, 49, 50, 52, 54, 56, 57, 58, 59, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 77, 78, 79, 86, 88, 95, 96, 98, 104, 105, 106, 107, 108, 127, 147, 148, 150, 151, 155, 169

C

Código de ética 7, 25, 48, 49, 54, 56, 57, 58, 62, 63, 64, 68, 76, 79, 84, 85, 86, 88, 97, 98, 100, 102, 103, 151, 152, 153

CRESS 37, 48, 68, 72, 77, 79, 89, 94, 95, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109

Crise do capital 7, 8, 9, 90, 91, 110, 114, 115

Crise estrutural do capital 26, 92, 116

D

Dialética 3, 4, 15, 17, 19, 32, 34, 36, 38, 39, 114, 120, 213

Direitos humanos 54, 64, 67, 70, 76, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 97, 134, 135, 140, 141, 156, 177, 179, 182, 217

Diretrizes curriculares 7, 9, 25, 28, 32, 33, 36, 37, 40, 41, 42, 44, 47, 100, 102

Docência 43, 44, 45, 46, 47, 48, 232

E

Envelhecimento 220, 221, 222, 224, 225, 230

Estado mínimo 122, 125, 128, 134

Estado no capitalismo monopolista 111

Estatuto da cidade 194, 196, 203

Ética profissional 7, 25, 56, 57, 58, 61, 62, 63, 68, 84, 85, 86, 97, 100, 102, 152, 153

F

Forças produtivas 3, 4, 8, 13, 52, 122, 124

Formação profissional 9, 11, 21, 23, 24, 25, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 36, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 48, 49, 50, 52, 54, 55, 56, 57, 69, 75, 88, 96, 109, 141, 143, 144, 150, 151

I

Identidade profissional 32, 33, 35, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 63

Interações familiares 223

Interiorização 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 108, 109, 176

M

Marx 3, 7, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 25, 34, 35, 56, 58, 87, 89, 112, 113, 114, 120, 121, 124, 132, 174, 180

Mercantilização da educação superior 91

Movimento de reconceituação 21, 23, 25, 33, 34, 39

N

Neoliberalismo 8, 20, 25, 26, 27, 29, 86, 91, 122, 125, 131, 170, 176, 178, 180

P

Parâmetros curriculares nacionais 215

Pesquisa participante 193, 196

Planejamento urbano 194, 195, 196

Pluralismo cultural 214, 218

Políticas públicas 7, 18, 57, 66, 70, 71, 72, 78, 83, 87, 98, 125, 126, 128, 130, 131, 133, 134, 136, 137, 138, 139, 140, 157, 158, 164, 167, 171, 183, 187, 188, 206

Programa Bolsa Família 137

Programa de Educação Tutorial (PET) 205

Projeto de extensão 142, 144, 146, 147, 148, 232

Projeto ético político 42, 54, 66, 77, 79, 97

Q

Questão social 6, 20, 21, 22, 28, 30, 31, 36, 40, 50, 53, 54, 55, 67, 69, 73, 74, 75, 77, 78, 80, 92, 98, 100, 111, 126, 127, 128, 131, 133, 134, 135, 136, 150, 172, 187

R

Racionalidade humana 2, 3, 10, 210

Racismo 50, 52, 53, 54, 55, 56, 108, 158, 163, 164, 167, 169, 174, 189, 190, 191

Redes de apoio social 224, 230

Relato de experiência 99, 108, 109, 152, 155

Rodas de conversa 148

S

Serviço social 1, 2, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 48, 49, 50, 52, 54, 55, 56, 57, 58, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 72, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 104, 106, 108, 109, 121, 126, 127, 132, 139, 141, 142, 143, 144, 145, 147, 148, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 169, 181, 191, 221, 231, 232

Sindicalismo 110, 111, 114, 115, 116, 118, 119, 120

Sociedade burguesa 1, 2, 3, 9, 13, 14, 62

T

Terceiro setor 122, 126, 128, 131, 132, 224

V

Velhice 221, 223, 224, 229, 230


Violência 51, 52, 55, 57, 77, 83, 84, 86, 88, 92, 112, 126, 127, 130, 135, 139, 141, 188, 189, 191, 192, 216, 217, 218

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 



O Caráter Sociopolítico e Interventivo do Serviço Social 3

Atena
Editora


Ano 2021

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 



O Caráter Sociopolítico e Interventivo do Serviço Social 3

 **Atena**
Editora

Ano 2021